



Governo do Estado do Rio de Janeiro
Gabinete de Segurança Institucional
Casa Militar

TERMO DE REFERÊNCIA

I - DO OBJETO:

Contratação de empresa para a aquisição de 30 (trinta) BREVÊS DE METAL, 30 (trinta) BREVÊS DE BORRACHA, 30 (trinta) PIN DE AGENTE "BOTON" e 01 (uma) PLACA DE METAL PERSONALIZADA para atender as necessidades da Diretoria de Capacitação Técnica da Casa Militar RJ, do Gabinete de Segurança Institucional do Estado do Rio de Janeiro. A previsão de contratação será processada por meio de DISPENSA DE LICITAÇÃO com fulcro no art. 75, II da Lei Federal nº. 14.133/2021, em razão de ser despesa de baixo valor, conforme Dec. nº. 11.871 de 29 de dezembro de 2023 que atualiza os valores estabelecidos na Lei nº. 14.133/21, para o 19º Curso de Proteção de Autoridades.

II – DA JUSTIFICATIVA:

Durante a realização do Curso de Proteção de Autoridades, inúmeros materiais são utilizados/consumidos pela Coordenação e pelos Alunos. Nas instruções teóricas, por exemplo, materiais de papelaria, escritório, escolar, de informática e eletrônicos são utilizados para transmissão e registro de informações técnicas, já na parte prática, tem-se o uso/emprego de materiais bélicos, de proteção, salvamento e sinalização, os quais garantem a realização de ações reais que servem como modelo de aprendizagem.

No presente processo de dispensa de licitação o objetivo é o de garantir o direito dos alunos de possuírem instrumentos suficientes para o cumprimento do planejamento de ensino, sendo dever legal e objetivo do Estado de garantir a dignidade e o respeito a integridade dos agentes públicos.

Dessa forma, a contratação por dispensa de licitação, para aquisição de bens comuns, tem o objetivo de garantir as condições básicas para a capacitação de Agentes de Segurança, bem como a atualização e modernização de protocolos de Segurança e Proteção de Instalações/Autoridades, de maneira a garantir o respeito aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, interesse público, probidade administrativa e da segurança jurídica.

III – OBJETO DA CONTRATAÇÃO:

Aquisição de 30 (trinta) BREVÊS DE METAL, 30 (trinta) BREVÊS DE BORRACHA, 30 (trinta) PIN DE AGENTE "BOTON" e 01 (uma) PLACA DE METAL PERSONALIZADA para atendimento das demandas da Casa Militar RJ (GSI) na realização do 19º Curso de Proteção de Autoridades, de acordo com as especificações e quantidades constantes no quadro abaixo:

ITEM	ID SIGA	ESPECIFICAÇÃO	UN	QTD
1	187687	BREVET DE METAL	UN	30
2	187501	BREVET EMBORRACHADO	UN	30
3	187510	BOTON	UN	30
4	187547	SERVIÇO DE PERSONALIZAÇÃO DE PLACA DE METAL	UN	01

IV – DESCRIÇÃO DO OBJETO:

Conforme indicado acima, a presente contratação refere-se à aquisição de 30 (trinta) BREVÊS DE METAL, 30 (trinta) BREVÊS DE BORRACHA, 30 (trinta) PIN DE AGENTE "BOTON" e 01 (uma) PLACA DE METAL PERSONALIZADA.

Os objetos deverão atender às especificações técnicas mínimas e quantidades estabelecidas neste instrumento e, havendo eventual divergência entre as especificações aqui descritas e as constantes no catálogo do Sistema SIGA, deverão prevalecer as descrições deste Termo de Referência.

V – DOS PRAZOS E LOCAL DE ENTREGA:

Primeiramente, cumpre destacar que o endereço de entrega do bem a ser adquirido é o da DIRETORIA DE CAPACITAÇÃO TÉCNICA DA CASA MILITAR RJ (PERTENCENTE AO GSI/RJ), situada no PALÁCIO GUANABARA, À RUA PINHEIRO MACHADO, S/N, LARANJEIRAS, RIO DE JANEIRO/RJ - sendo possível a modificação de tal endereço por tratativa futura, por meio de contato telefônico ou pelo email referentes à equipe de planejamento, diante de melhores condições à contratante e contratada.

Não obstante, a entrega dos bens deverá ocorrer até o dia 13 de setembro de 2024.

Para melhor visualização, segue abaixo planilha com data de entrega:

Data-limite	Atividades	Responsável
Entrega (única) em 13 de setembro de 2024	Entrega de todo o objeto, qual seja: 30 (trinta) BREVÊS DE METAL, 30 (trinta) BREVÊS DE BORRACHA, 30 (trinta) PIN DE AGENTE "BOTON" e 01 (uma) PLACA DE METAL PERSONALIZADA	Ten Cel Tibério/Ten Iuri/ST Josemir/Sgt Christian

V – DA ESTIMATIVA DO VALOR E CRITÉRIO DE SELEÇÃO:

Para precificação de cada item, foi feita pesquisa de mercado por meio de informações publicadas em páginas da internet e solicitações de orçamento entregues via e-mail, em que foram procurados itens semelhantes ou iguais, ou com base nos preços de itens comprados para os cursos de proteção de autoridades anteriores.

Para tanto, incluiu-se ao presente processo SEI o ANEXO II com os comprovantes de preços (orçamentos) enviados pelas empresas via e-mail e que demonstram valor real de mercado para a personalização de:

1- Brevês de metal (valor médio R\$ 70,56 - setenta reais e cinquenta e seis centavos):

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
<p>Brevê do choque da força nacional é um distintivo utilizado por militares treinados para atuarem em situações de crise em presídios ou reintegrações de posse urbana ou rural. seguindo os padrões de regulamento, o brevê conta com o mesmo alto padrão de acabamento das challenge coins e demais itens disponíveis em nossa loja. metal: zinco. tamanho: 70x40mm. banho: bronze envelhecido. embalagem: card em saco plástico. acompanha: tarrachas de fixação (borracha). brevê em metal no relevo com banho bronze e cor esmaltada. fábrica de brevês personalizado com sua arte. brevês promocionais. breve de metal, utilizada para identificar posto e graduação ou especialização, produzido em metal, fornecido em unidade, largura: 7,2cm e comprimento de 3cm, com peso de 4g. breve curso de proteção de autoridade. código 2000000000051.</p>	TOKEN LTDA.	Link TOKEN	R\$ 59,90

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
Brevê em metal no relevo com banho bronze e cor esmaltada. Fábrica de brevês personalizado com sua arte. Brevês promocionais.	MEGAJOWW	Conforme orçamento em anexo	R\$ 45,00
Breve de metal , utilizada para identificar posto e graduação ou especialização, produzido em metal, fornecido em unidade, largura: 7,2cm e comprimento de 3cm, com peso de 4g.	LOJA MILITAR	Link Loja Militar	R\$ 19,90
Breve curso de proteção de autoridade. Código 2000000000051.	DG MEDALHAS	Conforme orçamento em anexo	R\$ 38,00
Brevê confeccionado em metal , logo em relevo, modelo todos iguais, banho dourado com flash de ouro, considerando até 2 cores. Pedido mínimo de 50 unidades.	EMPÓRIO DOS METAIS	Conforme orçamento em anexo	R\$ 190,00

2- Brevês de borracha (valor médio R\$ 11,30 - onze reais e trinta centavos):

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
Brevê emborrachado do curso de proteção de autoridades. largura 8cm x 4,5cm de comprimento. gravura no meio	MEGAJOWW	Conforme orçamento em anexo	R\$ 8,00
Brevê emborrachado , utilizado para identificar postos, graduações e especialização, confeccionado pelo processo de moldagem a quente, na cor cinza, sobre um suporte na cor camuflada. Largura: 8cm e comprimento: 4,5cm, peso: 6g.	LOJA MILITAR	Link Loja Militar	R\$ 10,90
Breve emborrachado do curso de proteção de autoridades	ROMD ARTIGOS MILITARES	Link ROMD	R\$ 15,00

3- "Pin" de Agente de Segurança "botton" (valor médio R\$ 39,20 - trinta e nove reais e vinte centavos):

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
PIN OU BOTON , FORMATO: CIRCULAR, MATERIAL: METAL ESMALTADO, DIMENSAO (C X L): 2CM, GRAVACAO: COM GRAVACAO, FECHO: PINO E BORBOLETA, IMAGEM: MIRA EM VERMELHO COM TRÊS SILHUETAS HUMANAS NO INTERIOR DE FUNDO BRANCO, DUAS DE COR PRETA E UMA NO MEIO EM COR CINZA CLARO. NA BORDA DO CÍRCULO ESCRITO PROTEÇÃO DE AUTORIDADE RJ”.	DG MEDALHAS	Conforme orçamento em anexo	R\$ 14,00
Pin/botton brasão da Prefeitura produzido em metal.	Termo de Contrato nº	Conforme orçamento	R\$ 4,50

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
Boton dourado , tamanho 1,7x2,5cm, com personalização	788/2024 - Prefeitura de Joinville	em anexo	
	Contrato n.º 003/2024 da Câmara Municipal de Barreiras	Conforme orçamento em anexo	R\$ 31,29
Botom , material metal esmaltado, cor azul marinho, diâmetro 2cm, finalidade identificação conforme modelo do órgão, tipo fixação prendedor tipo borboleta.	SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal	Conforme orçamento em anexo	R\$ 6,20
Boton prêmio Prof. Paulo Dacorso Filho , Resolução CFMV n.º. 677/2000	Contrato CFMV n.º. 19/2024 do Conselho Federal de Medicina Veterinária	Conforme orçamento em anexo	R\$ 140,00

4- Placa de metal personalizada (valor médio R\$ 439,01 - quatrocentos e trinta e nove reais e um centavo):

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
PLACA DE METAL PERSONALIZADA 29,8 X19,8 COM BASE DE MADEIRA COM A LISTA DE FORMANDOS. MEDIDAS DA PARTE DE METAL: LARGURA: 29,8 ALTURA 19,8 >> MEDIDAS DA PARTE DE MADEIRA. LARGURA: 33,3 ALTURA 23,3 >> PLACA DE AÇO ESCOVADO 30X20 GRAVAÇÃO POR FOTO CORROSÃO EM BASE DE MADEIRA MDF	DG MEDALHAS	Conforme orçamento em anexo	R\$ 450,00
PLACA DE FUNDO INOX , CONTENDO GRAVAÇÕES COM OU SEM CORES, PODENDO SER CADA PLACA NOMINAL, SENDO POSSÍVEL ADICIONAR APLIQUES (RELEVO) NA PEÇA, EM ACRÍLICO (COM RECORTE ESPECIAL) OU EM AÇO INOX (SOMENTE CIRCULAR OU REDONDO). TAMANHO M (28X20CM): 1 PEÇA	INOX LINE	Conforme orçamento em anexo	R\$ 450,00
Placas de homenagem em moldura de alumínio cromado, fabricada em aço inox com dimensões de 31cmx21cmx1mm, personalizado com película adesiva, gramatura de 150. Moldura de alumínio, tamanho: 41,5x31,5x0,8mm	Contrato n.º. 003/2024 da Câmara Municipal de Barreiras	Conforme orçamento em anexo	R\$ 196,06
Placa da Comenda Muniz de Aragão Resolução CFMV n.º. 1291/2019	Contrato CFMV n.º. 19/2024 do Conselho Federal de	Conforme orçamento em anexo	R\$ 660,00

ESPECIFICAÇÃO	EMPRESA	FONTE	VALOR UNITÁRIO
	Medicina Veterinária		

Dessa forma, fazendo a média do valor de cada item, tem-se o valor estimado total da presente aquisição em **R\$ 4.070,81 (quatro mil setenta reais e oitenta e um centavos)**, sendo o critério de seleção do fornecedor **O MENOR PREÇO POR ITEM. A PROPOSTA DEVERÁ TER 60 DIAS DE VALIDADE.**

VI – DO PAGAMENTO:

O item acima destacado será contratado em item único, sendo a sua entrega feita de forma única e, quanto a quantidade, em sua totalidade.

O pagamento será feito após a entrega total dos bens, mediante a conferência de eventuais alterações pelos Gestores e Fiscais da contratação, por meio de NOTA DE EMPENHO, conforme previsão autorizativa no art. 95, caput da Lei nº. 14.133/21.

VII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

A CONTRATADA será responsável por:

7.1 O CONTRATADO deverá cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus Anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

7.1.1 Entregar o objeto acompanhado, se for o caso, do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada.

7.1.2 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

7.1.3 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do Contrato ou autoridade superior ([art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021](#)) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados.

7.1.4 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste Contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência.

7.1.5 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do Contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

7.1.6 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor ([Lei nº 8.078/1990](#)), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia o valor correspondente aos danos sofridos.

7.1.7 Não contratar, durante a vigência do Contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que atue na fiscalização ou na gestão do Contrato, nos termos do art. 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

7.1.8 Manter a regularidade junto ao SICAF.

7.1.8.1 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do Contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

- prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
- certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
- certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal, Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- Certificado de Regularidade do FGTS; e
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

7.1.9 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do Contrato.

7.1.10 Comunicar ao Fiscal do Contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

7.1.11 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

7.1.12 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

7.1.13 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congêneres.

7.1.14 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, na forma do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

7.1.15 Manter durante toda a vigência da Contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação.

7.1.16 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do Contrato.

7.1.17 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto do Contrato, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no [artigo 124, II, “d”, da Lei nº 14.133/2021](#).

7.1.18 Prestar esclarecimentos ou informações solicitadas pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

7.1.19 Caso o valor do Contrato se enquadre no limite previsto no art. 1º da Lei estadual nº 7.753, de 17 de outubro de 2017, manter Programa de Integridade nos termos da referida Lei e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública.

7.1.20 Caso o CONTRATADO ainda não tenha Programa de Integridade instituído, compromete-se a implantar o Programa de Integridade no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data de celebração do presente Contrato, na forma da Lei nº 7.753/2017.

7.1.21 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste Contrato.

7.1.22 A CONTRATADA deverá realizar a entrega na sede da Diretoria de Capacidade Técnica - DCT da Casa Militar RJ (GSI/RJ), situada no Palácio Guanabara, à Rua Pinheiro Machado, s/n, Laranjeiras, Rio de Janeiro / RJ, CEP: 22231-090;

7.1.24 Dúvidas e agendamentos deverão ser realizados junto à DCT pelo telefone 2334-3164 ou e-mail capacitacaotecnica@dct@gmail.com;

VIII – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

O CONTRATANTE será responsável, por:

8.1 São obrigações do CONTRATANTE:

8.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o Contrato e seus Anexos.

8.1.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência.

8.1.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas.

8.1.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO.

8.1.5 Comunicar ao CONTRATADO para que emita Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, com vistas à liquidação e pagamento, no caso de divergência acerca do cumprimento das obrigações assumidas, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

8.1.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato.

8.1.7 Aplicar ao CONTRATADO sanções motivadas pela inexecução total ou parcial das obrigações contratuais, na forma prevista na lei e neste Contrato.

8.1.8 Dar ciência à Assessoria Jurídica do órgão ou entidade para as providências junto à Procuradoria Geral do Estado, com vistas à adoção de eventuais medidas judiciais, em caso de descumprimento de obrigações pelo CONTRATADO.

8.1.9 Emitir decisão fundamentada sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.1.9.1 O CONTRATANTE terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento, para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.1.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO perante terceiros, ainda que vinculados à execução do Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.1.11 O presente Contrato não configura vínculo empregatício entre os trabalhadores ou sócios do CONTRATADO e o CONTRATANTE.

IX - PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE (ART.18, INCS. XII DO § 1º, DA LEI Nº 14.133/21)

Não se aplica, por serem bens comuns, não personalizados.

a) Possibilidade de subcontratação

Não será autorizada a subcontratação do objeto por ser uma inexigibilidade, nem será autorizada a realização de pagamento a outra que não a contratada, por serem poucos itens adquiridos.

b) Vedação à participação de consórcio

Não se aplica haja vista ser uma contratação direta por dispensa de licitação.

c) Possibilidade de participação de cooperativas

Não se aplica haja vista ser uma contratação direta por dispensa de licitação, não sendo possível, ainda, pela incompatibilidade de atividade lucrativa com o regime empresarial de sociedade cooperativa, nos termos do art. 3º, caput da Lei nº. 5.764 de 16 de dezembro de 1971.

d) Programa de Integridade

Não deverá ser exigido das empresas a serem contratadas o Programa de Integridade, conforme estabelecido na Lei Estadual n.º 7.753/17 e valores atualizados pelo Decreto Federal n.º 9.412/2018, pois o valor estimado para a contratação é inferior a R\$ 1.430.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta mil reais).

X. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO (ART. 6º, INC. XXII, ALÍNEAS “F” E “G” DA LEI Nº 14.133/21)

a) Servidores indicados para gestão e fiscalização da contratação.

Os servidores que participarão da fiscalização da contratação serão posteriormente designados pelo Ordenador de Despesa.

b) Forma de comunicação entre as partes.

As comunicações ocorrerão preferencialmente por escrito, através de e-mail.

c) Recebimento provisório e definitivo (art. 40, § 1º, inc.II; art. 92; art. 113; art.140 da Lei nº 14.133/21);

O recebimento provisório com a entrega do bem na DCT.

O recebimento definitivo ocorrerá com a emissão do atestado que fica a cargo dos Fiscais e do Gestor da contratação.

XI - INFORMAÇÕES CONTRATUAIS (ART. 6º, INC. XXIII, ALÍNEAS “A” E “C”, DA LEI Nº 14.133/21)

a) Vigência da contratação

Prazo de entrega do bem até o dia 13 de setembro de 2024, sendo ampliada a vigência até o dia 10 de novembro de 2024, em função de possíveis alterações do calendário e quadro de trabalhos semanais do curso, bem como necessidades futuras e eventuais de alteração dos pedidos em função de alterações, vícios e defeitos nos bens entregues pela empresa contratada.

b) Reajuste de Preços

Não se aplica ao tipo de contratação pois será irremediável.

c) Garantia contratual (art. 96 da Lei nº 14.133/21)

Não será exigida garantia contratual em razão do baixo valor da contratação e da peculiaridade do serviço.

d) Transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas e Transição Contratual

Não se aplica ao presente objeto.

XII- DAS PENALIDADES:

Em caso de atraso injustificado ou inexecução total ou parcial dos compromissos assumidos com a Administração, a CONTRATADA ficará sujeita às sanções previstas na Lei 14.133/21 e demais normas pertinentes, assegurados, nos termos da lei, a ampla defesa e o contraditório.

O Fiscal deverá comunicar à Autoridade Superior, por intermédio de seus superiores, quaisquer ocorrências passíveis das sanções administrativas previstas em Edital e que ultrapassem a sua competência.

Quaisquer atos voltados às sanções administrativas referentes à presente contratação deverão observar o direito à ampla defesa e ao contraditório.

XIII- ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO:**a) Servidores indicados para a gestão e fiscalização da contratação**

- 1- TEN CEL PM Tibério Carlos da Silva - ID 2446538-0
- 2- 1º TEN PM Iuri Leite Farias - ID 5089237-1
- 3- SUB TEN PM Josemir da Silva - ID 2495932-4
- 4- 3º SGT PM Christian Cândido Ribeiro - ID 4366249-8

b) Formas de comunicação entre as partes

Na fiscalização, o Fiscal da Contratação deverá fazer anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

Toda comunicação será formalizada por e-mail ou SEI, entre o preposto da contratada e a comissão fiscal da contratação.

Por força do art. 117, da Lei 14.133/21, toda a contratação, incluídas as Notas de Empenho, devem ter sua execução acompanhada e fiscalizada por servidor formalmente designado para tanto.

Os Fiscais são responsáveis por exigir da Contratada o cumprimento das regras estabelecidas no Edital e em seus anexos (TR e Contratação) e quando for o caso, do esclarecimentos prestados no curso da dispensa de licitação, os quais aderem à contratação, registrando todas as ocorrências relacionadas, cabendo alçar, por intermédio de seus superiores, à Autoridade Superior aquilo que ultrapassar a sua competência.

Os Fiscais da Contratação será responsável pelo “Atesto” de Notas Fiscais.

XII - ASSINATURA DOS RESPONSÁVEIS PELA ELABORAÇÃO

Tibério Carlos da Silva - TC PM RG 67842
Chefe da Divisão de Capacitação Técnica
Agente de Segurança 398
ID 2446538-0

Iuri Leite Farias - 1º Ten PM RG 106.422
Membro da Diretoria de Capacitação Técnica
Agente de Segurança 395
ID 5089237-1

XIII - RATIFICAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

Wellington Teixeira Bezerra - Auditor do Estado

Rio de Janeiro, 18 julho de 2024



Documento assinado eletronicamente por **Iuri Leite Fatias, Tenente**, em 26/07/2024, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Tibério Carlos da Silva, Tenente Coronel Polícia Militar**, em 26/07/2024, às 19:16, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



Documento assinado eletronicamente por **Wellington Teixeira Bezerra, Diretor Geral de Administração e Finanças**, em 28/07/2024, às 23:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. 28º e 29º do [Decreto nº 48.209, de 19 de setembro de 2022](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.rj.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=6, informando o código verificador **79215009** e o código CRC **00EA9314**.

Referência: Processo nº SEI-390002/002027/2024

SEI nº 79215009

Rua Pinheiro Machado, S/Nº - Laranjeiras - Bairro Laranjeiras, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22231-901
Telefone: